



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional
Sub-eixo: Trabalho Profissional

A PRÁTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS EMERGENTES DO CONTEXTO ATUAL

GLÓRIA MARIA GOMES DRAVANZ¹
VINI RABASSA DA SILVA²

Resumo: A prática dos/as assistentes sociais nas políticas sociais evidencia o caráter contraditório da profissão, no contexto da reprodução das relações sociais, como trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho. Considerando análises iniciais de uma pesquisa sobre a prática do/a assistente social no cotidiano dos CRAS, neste contexto de retrocesso de direitos sociais e avanço do conservadorismo, este trabalho ressalta a importância de uma retomada da discussão sobre a dimensão interventiva da profissão, na perspectiva do projeto ético-político, como uma das mediações para valorização da potencialidade do profissional no enfrentamento das manifestações da questão social.

Palavras-chave: política social; Centro de Referência de Assistência Social; assistente social; prática profissional.

THE SOCIAL ASSISTANCE PRACTICE AT CRAS: CONTRADICTIONS AND EMERGING CHALLENGES IN THE CURRENT CONTEXT

Abstract: The practice of social assistants in social policies highlights the contradictory character of the profession, in the context of reproduction of social relations, as an employed person who sells his/her workforce. Considering initial analysis of a research on the practice of the social assistant at the CRAS day-to-day, in this context of reversal of social rights and advance of conservatism, the present work highlights the importance of a retake of discussion on the interventional dimension of the profession, in the perspective of the political and ethical project, as one of the mediations for the appreciation of the potential of the professional in the confrontation of social issue manifestations.

Keywords: social policy; Social Assistance Reference Center; social assistant; professional practice.

1. INTRODUÇÃO

O caráter contraditório da política social no contexto da sociedade capitalista, é compartilhado também, pelo Serviço Social no processo histórico brasileiro. Como alerta Iamamoto (2008), o trabalho do assistente social se dá neste espaço de conflito, no âmbito da reprodução das relações sociais.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Católica de Pelotas. E-mail: <gloria.dravanz@gmail.com>

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Católica de Pelotas.

No debate sobre a política social, houve um significativo aumento das discussões nos últimos anos (PEREIRA, 2011), principalmente após a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2002, e o início do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003.

A partir deste momento, houve um significativo aumento de recursos financeiros em políticas sociais, nas diferentes áreas, educação, saúde, assistência social e habitação, principalmente, evidenciado pela criação de diversos programas e serviços, tendo como destinatários em sua maioria, famílias em situação de vulnerabilidade social.

Entretanto, o crescimento econômico e social vivenciado, foi duramente atacado, pelos reflexos da crise mundial iniciada em 2008, e agravada no cenário brasileiro, pela crise política e de governabilidade desde 2013, quando uma onda de protestos tomou conta dos grandes centros urbanos. Protestos estes apropriados (articulados) pela esfera conservadora, com apoio da grande mídia, e direcionados contra a presidente Dilma Rousseff, o PT e a classe pobre da sociedade brasileira. Eventos estes que em 2016, culminaram no impeachment da presidenta democraticamente eleita, por meio de um golpe jurídico-parlamentar, em “*um grande acordo nacional*”, e a consequente posse de Michel Temer.

Michel Temer adota medidas amplamente conservadoras e neoliberais, efetivando uma agenda de poder público para o Mercado, cortando gastos em políticas sociais – como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que congela os gastos públicos na área social por 20 anos – e garantindo à passos largos a execução de reformas caracterizadas pela retirada de direitos sociais de trabalhadores, como a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho 2017) e a Reforma da Previdência – ainda não votada, por causa da grande pressão popular e das bancadas de oposição.

Nesse contexto de retirada/ameaça a direitos e a democracia, está em debate também, a retomada da retração do papel protetor do Estado, e o corte dos gastos com políticas sociais. Um debate que deve ser apropriado pela profissão.

Desta forma, o presente trabalho visa estabelecer uma aproximação sobre as conexões entre a política social neste contexto e a prática do/a assistente social, nos Centros de referência de Assistência Social (CRAS).

2. O CONTEXTO BRASILEIRO E A POLÍTICA SOCIAL

A sociedade brasileira tem vivenciado momentos de arrocho salarial, retração do Estado e da economia nos anos 1990 e início dos anos 2000, e a partir daí a retomada e expansão do crescimento econômico, aumento do investimento e criação de novas políticas públicas. Porém como já evidenciava Marx, em seus estudos sobre a sociedade capitalista, o sistema capitalista possui um processo cíclico de crises, com grande impacto na vida da classe trabalhadora, com a retirada de direitos, o desemprego ou subemprego, e conseqüentemente o aumento da desigualdade social.

A partir de 2008, o sistema capitalista vivenciara uma crise econômica, com reflexos nas grandes economias mundiais, como o caso de alguns países da União Europeia (Alemanha e Grécia, por exemplo). Enquanto no Brasil, observou-se o aumento de investimento em políticas sociais na tentativa de minimizar estes reflexos, ao mesmo tempo em que potências capitalistas estremeciam com reflexos da crise econômica mundial.

Esse contexto de crise, trouxe para o Brasil, a “ilusão” da conquista de uma economia sólida, que venceria esse momento sem grandes perdas. Entretanto, a partir de 2014, o país começa a sentir os efeitos na economia, quando o crescimento do consumo, passa a dar lugar, a retração e imediatamente, sendo refletido na indústria, com a queda da produção e o aumento das demissões.

Contudo, parece claro que a crise de 2008 deu fôlego novo e legitimidade a um projeto que carecia de justificativas consistentes para se tornar hegemônico e oportuno. É fato que os resultados derivados dos experimentos de privatização dos sistemas de aposentadorias e pensões e da saúde, desenvolvidos na América Latina nas décadas de 80 e 90, são eloquentes e incontestáveis quanto ao fracasso de um modelo de bem-estar alheio à regulação do Estado e à provisão pública (LAVINAS, 2014)

Outro fator extremamente relevante, no caso brasileiro, é a situação política vivenciada pelo país a partir de então. Nas eleições presidenciais de 2014, houve um crescimento da bancada conservadora no Congresso e no Senado Nacional, evidentemente fortalecido pela investidura manipulatória da grande mídia, munida

das denúncias de corrupção no governo Lula e Dilma, através das investigações da Operação Lava-Jato.

Esses fatores criaram uma instabilidade política, que atingiu todos os segmentos da sociedade, causando insegurança, desconfiança e revolta das classes média e alta contra o governo, que debatia-se em meio a uma crise mundial sem apoio do congresso par a efetivação de medidas radicais na economia que pudessem proteger a classe trabalhadora.

As insatisfações da sociedade com o contexto político, entre outros efeitos, produziu um discurso conservador contra os programas sociais implementados pelo Governo Federal, como o Programa Bolsa Família, O Programa Universidade Para Todos, o Programa Minha Casa, Minha Vida, dentre outros programas sociais focalizados nas famílias de baixa renda e pobreza extrema. Nesse momento, observou-se o crescimento do discurso contra os “gastos” com programas sociais, tidos como responsáveis pela crise econômica. Várias análises sobre a conjuntura brasileira, passaram a indicar a aproximação rápida de um retrocesso em relação às conquistas na área social com o avanço do conservadorismo,

O Brasil vive uma conjuntura em que, após avanços sociais substantivos, teme-se que muitas destas conquistas estejam sob ameaça de retrocesso. As dificuldades na economia do país, o impasse a que chegou o sistema político vigente, agravado pela batalha política travada entre o Legislativo e o Executivo e a propagação do preconceito contra os mais pobres são fatores que contribuem para que o medo de retrocesso se intensifique (MENEZES E SIMPSON, 2015, p. 10)

Nesse panorama, a política social, tem procurado “satisfazer necessidades sociais, e atender os objetivos das elites no poder”, conforme destaca Casado (1998, p.4, apud PEREIRA, 2011, p. 27).

Observa-se a ideia Reis (2006) de que a necessidade de políticas sociais associa-se a lógica da acumulação capitalista, desde que haja o reconhecimento das manifestações da questão social. Entretanto, como ressalta Pereira, a partir do pensamento de Gough (2003, apud, PEREIRA, 2011), a política social pode satisfazer necessidades humanas, e servir ao objetivo da rentabilidade econômica privada, a exemplo das políticas sociais neoliberais.

O caráter contraditório da política social em si, de satisfação de necessidades humanas e do capital fica evidente, ratificando concretamente a concepção de política social, entendida como

Produto da relação dialeticamente contraditória entre estrutura e história e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios da liberdade e da igualdade que regem os direitos de cidadania (PEREIRA, 2011, p. 166)

Na atualidade, os direitos sociais dispostos na Constituição Federal de 1988, não são garantidos à população, como o direito de acesso aos programas de assistência social, que envolve diferentes condicionalidades, que devem ser cumpridas para a garantia de acesso.

Com relação às políticas sociais, observa-se um retorno a focalização, com ações restritivas a erradicação da pobreza extrema, focalizada na pobreza econômica, sob a ótica restrita da falta de renda, longe da análise de totalidade que envolve este processo. A política social volta a ter um papel residual operando essencialmente na margem, junto aos “marginais”.

Essa focalização, oriunda de determinações de organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Mundial (BM), evidenciam o caráter mínimo do Estado, indicado pelo neoliberalismo. Da mesma forma, expõe o aumento da precarização dos serviços e das relações de trabalho, a medida em que estimula a terceirização, o aumento das parcerias público/privado, inclusive no espaço público.

Esses fatores implicam diretamente na vida da população, que presencia de forma passiva a perda de direitos, o aumento do custo de vida, a fragilização das relações de trabalho e o agravamento da questão social. Implicam assim, diretamente na atuação do assistente social, que tem seu campo de atuação no âmbito das políticas sociais frente a este contexto.

3. A PRÁTICA DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Onde estamos?

A política de assistência social tem em seu processo histórico, episódios de contradição marcados por ações assistencialistas, caritativas e filantrópicas, caracterizados por ações pontuais, residuais e focalizadas.

A lógica do favor, da ajuda marcou todo processo de construção da assistência social, que mesmo após seu reconhecimento enquanto política pública, carrega traços, roupagens e imagens deste processo histórico. Imagem essa estampada ainda nos dias de hoje tanto na visão de usuários, quanto de gestores e executores da política social.

A identificação da assistência social como política pública no Brasil teve seu primeiro marco histórico na Constituição de 1988, ao compor o tripé da seguridade social, com as políticas de saúde e previdência social. Este é o primeiro passo para consolidação e reconhecimento da assistência como política pública. O segundo marco histórico, diz respeito a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993. Entretanto, cabe destacar que sua aprovação se deu com atraso de quase seis anos, com relação a própria constituição federal e as demais leis orgânicas da Saúde e Previdência Social, além disso, passou por um veto presidencial antes de sua promulgação.

O reconhecimento da Assistência Social enquanto política pública e a aprovação da LOAS, não significou a instauração propriamente de política pública, continuando com a marca de ações pontuais, executadas por um mix público/privado, muitas vezes sem continuidade.

Com a expansão dos governos de esquerda e social democratas na América Latina a partir dos anos 2000, são observados avanços em relação a proteção social e o investimento em políticas sociais. No Brasil, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, houve uma expansão significativa nos investimentos e criação de novos programas, projetos e serviços. Dentre estes, a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, significou um marco histórico para a política de assistência social, que através deste sistema criou e hierarquizou diferentes serviços, projetos e programas, no âmbito do território nacional, através de um sistema público e de gestão descentralizada.

Também na esfera da política de Saúde houveram novos programas e serviços criados, voltados principalmente para efetivação dos princípios de universalidade, equidade e integralidade.

Este processo de expansão também encontra-se revestido por relações contraditórias, como destacado por Mota (2010), que discorre sobre a análise de outros autores (BOSCHETTI, 2000, 2003; PAIVA, 2006; MARANHÃO, 2006) sobre

esta expansão. Desta forma, contrapõe as autoras, que historicamente o avanço em ações da assistência social tem face na privatização da previdência e da saúde, pois segundo Mota

[...] de um lado, o mercado passa a ser uma mediação explícita; de outro, a expansão da assistência recoloca duas novas questões: o retrocesso no campo dos direitos já consolidados na esfera da saúde e da previdência e a relação entre trabalho e Assistência Social em tempos de desemprego e precarização do trabalho. O desdobramento no Brasil real parece indicar que, mais uma vez, o grande capital utiliza o social como pretexto para ampliar seu espaço de acumulação [...] (2010, p. 137).

Ou seja, a expansão do investimento em assistência esconde uma aproximação lucrativa do mercado com este nicho de ações. Por um lado criam-se programas de ações compensatórias, ao mesmo tempo que impõe condicionalidades de acesso aos benefícios, e de outro lado, avançam ações de desmonte e retrocesso de direitos sociais, como exemplo no atual contexto, as reformas trabalhista e da previdência social.

Ainda sobre a assistência social, a autora avança, e expõe a capacidade das classes dominantes em “capitalizar politicamente a Assistência Social, transformando-a no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva [...]” (MOTA, 2010, p. 140-141). Do modo que, ao instalar programas destinados a camada mais empobrecida da população fortalece o discurso e a visão do projeto societário vigente, de modo que o slogan do combate à pobreza relativa é tido como enfrentamento (fajuto) à desigualdade social. E como resultante deste processo, como afirma Mota, temos um processo de despolitização das lutas e do contexto de classes, ou da luta de classes, no cerne da desigualdade social.

Todo este processo envolve diretamente os ideais da ideologia neoliberal, que através do discurso de “recursos hipoteticamente escassos e do predomínio do mérito individual sobre os direitos sociais, impõem às políticas públicas limites à concretização desses direitos em benefício de todos.” (PEREIRA, 2016, p. 118). Discurso dotado de um ideal: a crítica ao Estado intervencionista.

Segundo Pereira (2016, p. 120), este ideário deriva uma “nova prática política, econômica, social e cultural pautada pelo neoliberalismo econômico e o neoconservadorismo social e político”. Para complementar a análise

Assim, a defesa neoliberal do livre mercado; do indivíduo; da liberdade negativa; da autorresponsabilização e da proteção mínima aliou-se à argumentação neoconservadora em favor da autoridade do Estado (ou governo forte); da disciplina e da ordem; da hierarquia; da subordinação e do resgate de valores tradicionais, como família patriarcal, propriedade privada, patriotismo, bons costumes e moral (PEREIRA, 2016, p. 120).

Os destaques feitos até então, buscam evidenciar o caráter contraditório da política social, contextualizado na realidade brasileira, para que seja possível evidenciar os desafios postos ao assistente social no seu cotidiano de trabalho.

O/A assistente social, está inserido no processo de reprodução das relações sociais da sociedade capitalista, na contradição entre capital/trabalho, e enquanto profissional liberal vende sua força de trabalho, o que pressupõe certa autonomia profissional (IAMAMOTO, 2012). Entretanto, enquanto trabalhador assalariado, o assistente social, não está inerte aos poderes institucionais (FALEIROS, 1997), nem aos interesses em disputa na sociedade nos seus espaços sócio-ocupacionais. Ou seja, está inserido no âmbito de disputa entre os setores da sociedade.

Da mesma forma, essa disputa tem refletido amplamente em sua atuação profissional, bem como as alterações no âmbito das políticas públicas, por meio das transformações das relações Estado/Mercado, reforçadas principalmente a partir da globalização, do neoliberalismo e do avanço do conservadorismo, que instauraram mecanismos de precarização das relações de trabalho, através da terceirização e privatizações, e ainda a retração do papel do Estado como provedor da proteção social, com destaque para o processo de focalização das políticas sociais.

Ou seja, os reflexos da globalização permearam (e permeiam) todas as esferas da sociedade capitalista, e juntamente com o radicalismo neoliberal, fez novamente do Estado, um mecanismo de controle e efetivação dos interesses do capital, através do enfraquecimento dos sistemas de proteção social e consequente desmantelamento de direitos sociais.

Estas implicações trazem em conjunto, além do agravamento da questão social³, uma dominação subjetiva da classe trabalhadora, sendo este o contexto de contradição onde está situado o profissional de serviço social e seus espaços sócio-ocupacionais.

³ Segundo Iamamoto, “a Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (2013, p.27).

A opção do Serviço Social no campo de defesa da classe trabalhadora e na luta pela garantia de direitos, deu-se em meio a efervescência das manifestações pela democratização do Brasil, após 1964. Quando a profissão pôs ao centro do debate a própria categoria, suas práticas e suas concepções ideopolíticas. Esse processo deu origem a um novo projeto profissional, pautado em uma perspectiva crítica, com intenção de ruptura com o conservadorismo.

Essa perspectiva, resultou o direcionamento da profissão e que sua atuação profissional esteja vinculada a defesa de direitos, e a busca por uma sociedade justa, pela superação da sociedade de classes. Entretanto, a profissão atua no contexto desta sociedade, e principalmente através dos mecanismos do Estado, por meio das políticas públicas de acesso a direitos.

Embora esses apontamentos,

É preciso entender que os direitos no capitalismo são capazes de reduzir desigualdades, mas não são e não foram até aqui capazes de acabar com a estrutura de classes e, portanto, com o motor da produção e reprodução das desigualdades [...] (BEHRING E BOSCHETTI, 2011, p. 195)

Essa análise deve estar presente no cotidiano de trabalho do assistente social, para que não sejamos vítimas de uma mera reprodução de discursos do Estado, como meros reprodutores de ações de políticas sociais. Desafios estes que estão diretamente vinculados ao projeto da profissão, de consolidação de um modelo de sociedade justa e igualitária. Porém, como destacado anteriormente, a profissão está inserida no contexto das relações sociais da sociedade capitalista e, portanto, não é inerente as influências macrosociedades. Entretanto, concordando com Barroco

De acordo com os pressupostos de nosso compromisso profissional e social, não nos cabe ficar assistindo à barbárie como se cada um de nós não tivesse nada a ver com isso. Entendemos que essa é uma questão ética e política da maior importância: o posicionamento de cada um e de todos a cada dia em face do possível mesmo que ele possa parecer ínfimo perto do que gostaríamos que fosse (2010, p. 215-216).

Ou seja, não podemos diante do retrocesso no exercício da democracia e nos direitos sociais, e frente as dificuldades dos espaços sócio-ocupacionais, utilizar o discurso das impossibilidades e das limitações. É importante considerar, também,

que cada avanço, mesmo que micro, repercute de forma transformadora, na realidade de alguém.

Da mesma forma, o trabalho do/a assistente social com vistas à promoção e a conquista de direitos, deve estar orientado a partir de uma base teórico-metodológica, que permita uma crítica da realidade social, de maneira que possibilite a análise do fenômeno além da aparência, com a apreensão de sua essência. Ou seja, permita a superação de uma análise simplista e imediata, e assim, potencialize o desenvolvimento de uma consciência crítica nos usuários, vinculada à lógica de cidadania⁴. O que significa, que “reafirmar direitos e políticas sociais no âmbito do capitalismo e lutar por eles, [...], não significa contentar-se com os direitos nos marcos do capitalismo” (BARROCO, 2010, p. 215-216).

Desta forma,

Debater e lutar pela ampliação dos direitos e das políticas sociais é fundamental porque engendra a disputa pelo fundo público, envolve necessidades básicas de milhões de pessoas com impacto real nas condições de vida e trabalho e implica um processo de discussão coletiva, socialização da política e organização dos sujeitos políticos (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 190)

Justamente por essa característica crítica da profissão, que o trabalho do assistente social nas políticas sociais torna-se importante, mas esse trabalho pode ser transformador e potencializador quando dotado de uma matriz emancipatória, ou ao contrário, pode ser excludente e culpabilizador, quando dotada de uma matriz conservadora, de mera reprodução e ações e práticas imediatistas.

Embora essas considerações estejam amplamente socializadas e nas pautas de discussão dos espaços de capacitações e formação, eventos, congressos e seminários, no cotidiano de atuação, tornam-se aparentes algumas angústias e imprecisões entre os/as profissionais assistentes sociais.

No espaço contraditório da prática do/a assistente social, no cotidiano, muitas são as falas sobre sua prática que evidenciam as limitações/dificuldades de efetivação de uma prática emancipatória. Os assistentes sociais acabam, pela

⁴ Cabe destacar que sobre a concepção de cidadania, concorda-se com a análise de Coutinho, que coloca que a “cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. Sublinho a expressão historicamente porque me parece fundamental ressaltar o fato de que soberania popular, democracia e cidadania (três expressões para, em última instância, dizer a mesma coisa) devem sempre ser pensadas como processos eminentemente históricos, como conceitos e realidades aos quais a história atribui permanentemente novas e mais ricas determinações” (COUTINHO, 1999, p. 42)

demanda do serviço, pela falta de estrutura, executando uma prática profissional imediatista, a partir das demandas que chegam, de forma pontual e individualizada. Não se trata de afirmar que os/as assistentes sociais atuam de forma pontual e individualizada por opção, ao contrário.

As condições aos quais os/as profissionais estão expostos em seu espaço sócio-ocupacional, frutos de uma organização societária excludente, alienante, acaba direcionando/condicionando a prática profissional à essas demandas. Não existe espaço de reflexão sobre o seu processo de trabalho, sobre sua prática, remetendo “a ilusão do conhecer pelo imediato” (JUNCÁ, 2012, p. 180).

Diariamente são postas à sua frente situações de emergência, como a fome, a violência, a situação de risco, o direito à vida, que exigem ações imediatas, que revoltam e inquietam. Por outro lado, o aparelho burocrático estatal exige diariamente, o próximo relatório, a urgência da reunião e a criação de instrumentos de produtividade.

Neste contexto, outra dimensão da prática profissional deixa de ser operacionalizada no cotidiano, a dimensão investigativa, o estudo da realidade vivenciada, a sistematização e análise do processo de trabalho. Nas falas de assistentes sociais entrevistadas/os a utilização desta dimensão investigativa para elaboração de projetos e ações não apareceu durante o processo de pesquisa de campo realizado com profissionais que trabalham nos CRAS existentes no município de Pelotas, reforçando o entendimento de que o estudo e a pesquisa, dar-se-á somente em âmbito acadêmico, ou como afirma Juncá “uns agem outros pensam” (2012, p. 181).

Assim, evidencia-se que no cotidiano de prática profissional, assistentes sociais não estão imunes ao processo de alienação, de estranhamento ao produto do trabalho, do resultante de sua prática profissional, das ações adotadas, dos instrumentos utilizados e das implicações destas ações. O excesso de demandas, as exigências burocráticas de registros e documentação, a escassez de recursos humanos e financeiros somada a total falta de apoio tecnológico influem na ausência de um espaço de análise/reflexão sobre a prática realizada.

Da mesma forma, foi constatado na pesquisa que este processo tem resultantes diretos na análise de sua prática profissional nos espaços sócio-ocupacionais, quando relacionados ao nível de satisfação profissional, pois embora

afirmem ter grande apreço e identificação pela profissão, relatam sentimento de frustração e incompletude por meio das ações desenvolvidas no dia a dia, que são consideradas como sem potencial transformador da realidade vivenciada pelos usuários/as.

Ao serem instigadas a refletir e aprofundar essa discussão, imediatamente atribuíram esse processo à precariedade das condições de trabalho, depositando exclusivamente no Estado a possibilidade de mudança de sua prática, no mesmo Estado que corta “custos” com programas e projetos de cunho social.

Novamente um processo contraditório se evidencia, ao mesmo tempo em que o/a assistente social afirma ter um projeto profissional que busca uma nova ordem societária, ele/ela espera que o Estado capitalista crie as condições ideais para efetivação deste projeto.

Esse movimento, acaba criando um processo de anulação da especificidade e conhecimento profissional da categoria, existe uma subestimação do caráter educativo que pode ser desenvolvido com os usuários, através de espaços de discussão, oficinas com famílias, salas de espera, grupos de Serviços de Convivência, entre outros.

As diferentes possibilidades de participação dos/das usuários/as nos espaços sócio ocupacionais podem ser estratégias de mobilização e organização popular, e não exigem o empenho de grandes recursos estatais, além do conhecimento e da utilização do caráter educativo da profissão.

4. À LUZ DE CONSIDERAÇÕES

A inserção do Serviço Social no âmbito da política social, sendo este um dos principais espaços sócio-ocupacionais do assistente social, evidencia o caráter contraditório da profissão, frente a defesa de direitos, e de certa forma, contribuindo para a manutenção da sociedade.

No contexto atual brasileiro, frente a ameaça de retrocessos, devemos ampliar o debate sobre os condicionantes ideopolíticos da sociedade brasileira, e da própria profissão, frente a crise política vivenciada.

Esses fatores que influenciam diretamente a realidade de milhões de famílias, devem ser objeto de discussão da profissão, para que seja fortalecido o debate, e propiciada a criação de alternativas, que superem o discurso das incapacidades e dos limites.

Tendo a profissão, a adoção por uma perspectiva crítica e de defesa da emancipação humana, evidencia-se a necessidade de aprofundamento das discussões sobre a política social no contexto histórico da sociedade brasileira, e no fortalecimento e ampliação de políticas públicas com universalização do acesso, para a construção de cidadania. E destaque que o Serviço Social, tem um papel chave nesse processo.

Ao mesmo tempo, os/as profissionais estão expostos aos resultantes diretos deste processo contraditório e de retrocesso de direitos vivenciado pelo país. As ações desenvolvidas por profissionais no cotidiano de prática nos CRAS, são permeadas por ações imediatistas e pontuais, distanciadas de processos investigativos. Contexto em que os/as profissionais acabam, mesmo que inconscientemente, reproduzindo ações pelas exigências do espaço sócio-ocupacional, pela demanda de trabalho e dificuldades vivenciadas, tornando-se meros executores de política pública.

Há um processo de desconstrução/desvalorização do saber fazer profissional, onde os limitadores da prática profissional são somente externos e inerentes à profissão, sem levar em conta a competência crítica, a capacidade criativa e investigativa do profissional e o caráter educativo da profissão.

Enfim, cabe registrar que o acirramento de fatores micro e macrossociais que impactam negativamente no cotidiano da prática profissional, aqui focada no espaço sócio ocupacional dos CRAS, estão reiterando aos/às assistentes sociais a retomada do debate da dimensão interventiva na perspectiva do projeto ético-político, como uma mediação para o fortalecimento da categoria profissional no enfrentamento das diversas manifestações da questão social.

Existe a necessidade urgente de valorização do saber e do saber fazer profissional, e esse movimento deve ser iniciado dentro da categoria. O papel fundamental desenvolvido pela profissão desde seu surgimento no Brasil, e as ações desenvolvidas na atualidade, onde em algumas situações somos os profissionais nos quais os usuários depositam confiança, e avaliam como sendo a

categoria profissional que escuta as demandas e busca soluções para as situações de desproteção social ao qual estão expostos, estimulam para um enfrentamento efetivo deste momento de retrocesso social e ameaça ao projeto profissional ético-político.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. de. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá Outras providências. Com alterações dadas pela Decreto nº 7.788, de 2012.

CASADO, D. Antecedentes históricos de la política social em Espanha. 1998. In: PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas & questões**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

COUTINHO, C. N. Cidadania e Modernidade. **Revista Perspectivas**, São Paulo, n. 22, p.41-59, 1999. Disponível em: <<http://piwik.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2087/1709>> Acesso em: 04 mar. 2018.

FALEIROS, V. de P. **Saber profissional e poder institucional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

JUNCÁ, Denise. A teoria é uma coisa, mas a prática pode não ser outra. **O Social em Questão**, ano XV, n. 27, 2012. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Se%C3%A7%C3%A3o_Livre_Junc%C3%A11.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

LAVINAS, Lena. Na contramão dos direitos universais. Notas para reflexão. In: **PLATAFORMA POLÍTICA SOCIAL**. Agenda para o Desenvolvimento, Campinas,

Cadernos Temáticos, n. 1. 2014. Disponível em: <<http://www.politicasocial.net.br>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

MARANHÃO. Cezar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: In: MOTA, Ana E. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MENEZES F.; SIMPSON, M. D. Universalização dos serviços públicos para universalização da cidadania. **Revista Política Social e desenvolvimento**, ano 3, n. 26, dez. 2015. Disponível em: <<http://plataformapoliticasocial.com.br/universalizacao-dos-servicos-publicos-para-universalizacao-da-cidadania/>> Acesso em: 24 jun. 2018.

MOTA. Ana E. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana E. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas & questões**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2011

PEREIRA, Camila P. **Proteção Social no Capitalismo: crítica à teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

REIS, C. N dos. Acumulação Capitalista e Políticas Sociais no Brasil: marchas e contramarchas de uma trajetória em curso. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 12, n. 1, 9-49, jun. 2006.